

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

COMPLIANCE DA PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E LGPD

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

COMPLIANCE DA PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E LGPD

DISCIPLINA: LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
EMENTA
Privacidade e proteção de dados. Impacto da LGPD na economia e nos negócios. Lei n. 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): panorama, fundamentos, princípios, conceitos, diretrizes e mudanças derivadas da LGPD. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Necessidade de adequação às diretrizes da LGPD, através da implementação de um plano de adequação. Proteção de dados pessoais e governança corporativa. LGPD e Compliance: desenvolvimento de cultura quanto ao tratamento de dados pessoais, voltado para a construção e um ambiente mais transparente, ético e seguro para os titulares dos dados pessoais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Privacidade na Sociedade da Informação 2. Antecedentes normativos, Direito comparado e marcos legais 3. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 4. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e as sanções legais 5. Proteção de dados pessoais e governança corporativa 6. Tutela jurisdicional da proteção de dados pessoais.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none">• BIONI, Bruno. Proteção de dados pessoais. A função e os limites do consentimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.• BLUM, Renato Opice (Organizador). Proteção de Dados, desafios e soluções na adequação à Lei. Forense, Rio de Janeiro: 2020.• DONEDA, Danilo. Da privacidade a proteção de dados pessoais. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.• FEIGELSON, Bruno e SIQUEIRA, Antonio Henrique Albani (Coordenadores). Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.• MALDONADO, Viviane Nóbrega (Coordenadora). LGPD: Lei Geral de Proteção de dados pessoais. Manual de Implementação. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.• MALDONADO, Viviane Nóbrega e BLUM, Renato Opice (Coordenadores). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Comentada. 2ª ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.• MALDONADO, Viviane Nóbrega e BLUM, Renato Opice (Coordenadores). Comentários ao GDPR: Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018.• PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.• TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana e OLIVA, Milena Donato (Coordenadores). Lei Geral de Proteção de dados pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.• QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Direito à privacidade e proteção de dados pessoais: aproximações e distinções. En: Revista do Advogado, n. 144, nov. 2019. São Paulo: AASP.

DISCIPLINA: ÉTICA, COMPLIANCE E GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA
EMENTA
Ética e transparência no setor público: programas de compliance no cenário brasileiro. Governança pública (aspectos, teorias, governança e governabilidade). Licitações, convênios e parcerias. Estatuto jurídico da empresa pública. Transparência (prestação de contas). Combate à corrupção no Brasil e em outros países. Governança na gestão pública brasileira.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Ética: uma introdução 2. Ética e compliance 3. Governança: o que é e como se aplica 4. Governança na gestão pública 5. Ética e legalidade 6. Transparência e combate à corrupção.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • SÁ, A. L. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. • WEBER, M. Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. • ALONSO, F. R.; LÓPEZ, F. G.; CASTRUCCI, P. L. Curso de ética em administração empresarial e pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. • BAZERMAN, M.; TENBRUNSEL, A. Antiético, eu - Descubra por que não somos tão éticos quanto pensamos e o que podemos fazer a respeito. Rio de Janeiro: Campus, 2011. • CALIL, J. F.; MONOBE, T.; PEREIRA, M. Ética, responsabilidade social e governança corporativa. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010. • MATTAR, J. M. Filosofia e ética da administração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. • PILAGALO, O. Ética concorrencial: reflexão, análise e perspectivas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. • SROUR, R. H. Ética empresarial: Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

DISCIPLINA: GESTÃO E GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
EMENTA
Retrospectiva Histórica do setor de tecnologia nas organizações e o novo cenário de governança em TI; A importância do planejamento estratégico de TI para a melhoria das organizações. Principais Metodologias de Governança em TI; Frameworks de Governança em TI COBIT e ITIL; Gestão de contratos em TI e Acordos de nível de serviço.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Conceitos de gestão e governança de TI 2. A gestão de tecnologia da informação 3. Planejamento estratégico de TI 4. Estratégia, governança e desempenho 5. Metodologias de governança em TI 6. COBIT 7. ITIL 8. Modelos de sourcing 9. Gerenciamento de contratos 10. Acordos de nível de serviço.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • FERNANDES, Aguinaldo Aragon. ABREU, Vladimir Ferraz de. Implantando a governança em TI: da estratégia à gestão de processo e serviços. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. • DINSMORE, Paul Campbell. EPG Enterprise Project Governance: Governança Corporativa de Projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2015. • OLIVEIRA, Fátima Bayaam. Tecnologia da Informação e da comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson Prentice Hall: Fundação Getúlio

Vargas,2007.

- ALBERTIN, Rosa Maria De Moura; ALBERTIN, Alberto Luiz. Tecnologia informação e desempenho empresarial, Atlas, 2016.
- REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de Informação E Informática Atlas,2016.
- LUNA. Alexandre. Implantando Governança Ágil ManGve. Rio de Janeiro: Brasport, 2011.
- ANSUR, Ricardo. Governança de TI: metodologia, frameworks e melhores práticas. Rio de Janeiro: Brasport,2007.

DISCIPLINA: CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
EMENTA
Proteção do consumidor. Código de Defesa do Consumidor (CDC). Práticas contratuais e proteção contratual. Responsabilidade civil e seus procedimentos no Código de Defesa do Consumidor. Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC. Sanções Administrativas e Penais previstas no CDC.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Proteção ao consumidor 2. Código de Defesa do Consumidor 3. Responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor 4. Práticas comerciais e proteção contratual 5. Desconsideração da personalidade jurídica 6. Sanções administrativas e penais.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BESSA, L. R.; MOURA, W. J. F. Manual de direito do consumidor. 4. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Escola Nacional de Defesa do Consumidor, 2014. Disponível em: https://www.defesadoconsumidor.gov.br/images/manuais/manual-do-direito-do-consumidor.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021. • BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2021. • BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em: 30 abr. 2021. • GARCIA, L. M. Código de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo.13. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodvim, 2016. • FINKEKSTEIN, M. E. R.; SACCO NETO, F. Manual de Direito do Consumidor. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. • MARQUES, C. L. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. São Paulo: RT, 2016. • PALAIA, N. Noções Essenciais de Direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. • RIZZATTO NUNES, L. A. Curso de direito do consumidor. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. • SILVA, P. Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2017. • TARTUCE, F.; NEVES, D. A. A. Manual de Direito do Consumidor. 6. ed. São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO DIGITAL/CIBERNÉTICO
EMENTA
A disciplina introduz o aluno ao universo governança de TI, afinal, o setor de TI é

indispensável nas empresas dos mais diversos segmentos, tornando essencial a compreensão de uma boa gestão do mesmo. Traremos para o aluno a importância da governança de TI, diferenças para a governança corporativa e o entendimento das melhores práticas de gestão, chegando assim aos frameworks Cobit 5 e ITIL. Com o mundo cada vez mais digital, e o setor de TI cada vez mais forte, se torna indispensável o entendimento do direito cibernético. O aluno será apresentado ao direito digital/cibernético, abordaremos conceitos sobre o que é o direito digital, suas escolas, consequências de eventos mundiais no direito digital, crimes e provas digitais, marco civil da internet, LGPD e GDPR. Trazendo assim conhecimentos indispensáveis em uma vida e contexto cada vez mais digitais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Governança Corporativa e Governança de TI **2.** Frameworks: Cobit 5 e ITIL **4 3.** Direito Digital: Marco Civil da internet e seus impactos na tecnologia **4.** Documentos Digitais: provas e crimes digitais **5.** LGPD e GDPR.

BIBLIOGRAFIA

- ALECRIM, Emerson. O que é GDPR e que diferença isso faz para quem é brasileiro. 2018. Disponível em: <"><https://tecnoblog.net/245101/gdpr-privacidadeprotecao-dados/>>. Acesso em: fev. 2021.
- BON, Jan Van. ITIL 4: A Pocket Guide. Eindhoven. 2019 CHIARI, Renê. O que é ITIL 4 (ITIL V4) Tudo o que você precisa saber sobre o tema. Disponível em: <https://www.itsmnapratica.com.br/tudo-sobre-til/>. 2020. Acessado em fev. 2021
- BRASIL. Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais LGPD. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. 2019. Acessado em fev. 2021
- CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Maria Luiza X. de A. Borges (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Hazar, 2003.
- DWORKIN, Ronald. O império do Direito. Jefferson Luiz (Trad.). São Paulo: MartinsFontes, 1999.
- FERNANDES, Aguinaldo? Aragon; ABREU, Vladimir Ferraz de. Implantando a Governança de TI: da estratégia à gestão dos processos e serviços. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.
- GONÇALVES, A. P.; ISACA. COBIT (®) 5: Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TI da Organização. Rolling Meadows, IL: 2012.
- LESSIG, Lawrence. Code 2.0. New York: Basic Books, 2006.
- LIMA, Caio César Carvalho. A sociedade da informação e a necessidade de releitura de institutos jurídicos anacrônicos - Análise da validade dos documentos eletrônicos no ordenamento jurídico brasileiro. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em: <"><http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3965.pdf>>. Acesso em: fev. 2021.
- LIMA, Caio César. A Perícia Forense e a Questão dos Documentos Eletrônicos no Processo Civil Brasileiro. ICOFCS.ORG. 2009. Disponível em: <http://www.icofcs.org/2009/ICoFCS2009-PP05.pdf>. Acesso em fev. 2021.
- MARTINS, Geiza. O que é o Marco Civil da Internet. Revista Super Interessante. Disponível: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-o-marco-civil-da-internet/>. 2015. Acessado em fev. 2021.
- OLIVEIRA Djalma de Pinho Rebouças. Governança Corporativa na prática: integrando acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva na geração de resultados. São Paulo: Atlas, 2015.
- ROCKCONTENT. O que é a Lei GDPR e quais as diferenças para a LGPD. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/lei-gdpr/>. 2019. Acessado em fev. 2021.
- SERASA EXPERIAN. Lei Geral da Proteção de Dados LGPD. 2021. Disponível em: <"><https://www.serasaexperian.com.br/lgpd/>>. Acesso em: fev. 2021.
- SERPRO. O que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais? Dê um "giro" pela lei e

conheça desde já as principais transformações que ela traz para o país. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/a-lgpd/o-que-muda-com-a-lgpd>. Acessado em fev. 2021.

- TJDF.T. Marco Civil da Internet. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/marco-civil-da-internet>. 2015. Acessado em fev. 2021.

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS
EMENTA
Os fundamentos históricos, sociais e culturais dos direitos humanos e da cidadania. Relações étnico-raciais. Culturas afro-brasileira, africana e indígena no Brasil. Gênero e sexualidade. Desigualdades. Reconhecimento da alteridade e da diversidade. Movimentos sociais e a luta pelos direitos humanos e pela cidadania. Inclusão e empoderamento.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Bases históricas dos direitos humanos 2. Relações étnico-raciais 3. Gênero e sexualidade 4. Alteridade, diversidade e multiculturalismo 5. Direitos humanos e inclusão.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none">• ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.• BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.• CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.• CUNHA, Manuela Carneiro. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2013.• FLORES, Herrera Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2009.• MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia. Niterói: EDUFF, 2000.• RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.• SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.• SEGATO, Rita Laura. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Buenos Aires: Prometeo, 2015.• WILSON, Richard (Org.). Human rights, culture & context. Anthropological perspectives. Chicago: Pluto Press, 1997.